

Juventude, pandemia e ativismo digital¹

Youth, pandemic and digital activism

DOI: 10.55905/ijsmtv9n1-010

Recebimento dos originais: 17/02/2023

Aceitação para publicação: 16/03/2023

Laura Bastos Pimenta Neves

Mestra em Administração Pública

Instituição: Fundação João Pinheiro

Endereço: Alameda das Acácias, 70, São Luiz, Belo Horizonte – MG, CEP: 31275-150

E-mail: laurabastospi@gmail.com

Isabella Corradi dos Santos

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola de Governo

Professor Paulo Neves de Carvalho

Instituição: Fundação João Pinheiro

Endereço: Rod. Papa João Paulo II, 4001, Serra Verde, Belo Horizonte - MG

E-mail: isabellascorradi@gmail.com

Flávia de Paula Duque Brasil

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Instituição: Escola de Governo da Fundação João Pinheiro

Endereço: Alameda das Acácias, 70, São Luiz, Pampulha - Belo Horizonte

E-mail: flavia.brasil@fjp.mg.gov.br

Ricardo Carneiro

Doutor em Ciências Humanas, Sociologia e Política

Instituição: Fundação João Pinheiro

Endereço: Alameda das Acácias, 70, São Luiz, Belo Horizonte – MG, CEP: 31.275-150

E-mail: ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br

RESUMO

O artigo aborda os problemas emergentes para a juventude no contexto da pandemia de Covid-19 e como têm sido tematizados, tendo como objetivo identificar e analisar sua atuação e repertórios de ação coletiva mobilizados, com ênfase no ativismo digital. Como ponto de partida, realiza-se uma breve revisão sobre movimentos sociais, repertórios de ação coletiva e ativismo digital. A metodologia empregada envolveu levantamentos documentais e de dados secundários, bem como a realização de entrevistas em profundidade com jovens ativistas representantes no Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte e em outras instituições participativas. As

¹ A pesquisa contou com o apoio da Fapemig.

principais constatações proporcionadas pela pesquisa referem-se às lacunas e déficits de atuação do Estado em relação às políticas para a juventude, bem como à fraca articulação entre Estado e sociedade civil. As iniciativas da sociedade civil buscam suprir tais lacunas, mobilizando diferentes repertórios de ação, incluindo o ativismo digital.

Palavras-chave: juventude, pandemia, movimentos sociais, ação coletiva, ativismo digital.

ABSTRACT

The article addresses the emerging problems for youth in the context of the pandemic and how they have been themated, with the central objective of identifying and analyzing the performance and repertoires of collective action of youth, with an emphasis on digital activism. As a starting point, a brief review of social movements, collective action repertoires and digital activism is carried out. The methodology employed involved documentary and secondary data surveys, as well as conducting in-depth interviews with young activists who are representatives on the Management Committee of the Belo Horizonte Youth Reference Center and other participatory institutions. The main findings refer to the gaps and deficits in the State's performance in relation to youth policies, as well as the weak articulation between the State and civil society. Civil society initiatives seek to fill these gaps, mobilizing different repertoires of action, including digital activism.

Keywords: youth, pandemic, social movements, collective action, digital activism.

1 INTRODUÇÃO

Devido ao surgimento do novo coronavírus (Covid-19), e em função das medidas de isolamento social adotadas em todo o mundo para a contenção do avanço da doença, a internet ganhou um espaço central na vida das pessoas, passando a ser seu principal ambiente de interação com o mundo. Para manter o isolamento e ao mesmo tempo a rotina diária, a maioria das atividades foi adaptada para o modo *online*: o trabalho, que se tornou teletrabalho ou *home office*, a educação, agora à distância, o consumo, passado para *e-commerces* e até mesmo as atividades físicas, o lazer e a cultura foram transpostos para o ambiente da internet. Esse deslocamento da vida para o meio digital trouxe praticidade e garantiu segurança, porém, com a falta de acesso à infraestrutura necessária e do domínio das habilidades para o acesso à internet no caso da parcela mais pobre da população, a digitalização da vida ajudou a aprofundar a exclusão e as desigualdades sociais já agudas no país.

As diversas consequências advindas dessa nova realidade afetaram de forma intensa os grupos minoritários, dentre eles a juventude. A impossibilidade de exercer algumas profissões em um contexto de isolamento social, as demissões junto à redução da oferta de trabalho, a suspensão de aulas presenciais e a adoção do ensino à distância, a privação da socialização e do convívio em grupo, a crucialidade da internet para os mais diversos fins e as questões de saúde mental não são efeitos da pandemia de Covid-19 vividos exclusivamente pela juventude, mas a afetam de maneira particular dadas suas necessidades e modos de vida. Múltiplas dimensões da vida dos jovens foram afetadas por essas questões, principalmente dos jovens de baixa renda.

Por outro lado, essa realidade sem precedentes, permeada de restrições e em parte condicionada ao ambiente digital, configura um momento de abertura a novas formas de estar e interagir no mundo. Representa uma janela de oportunidade para reinventar as formas clássicas de comunicação, de diálogo e de compartilhamento entre as pessoas e, também, de novas maneiras de mobilização no âmbito da sociedade civil.

Este artigo pretende contribuir com a discussão sobre os aspectos emergentes da vida juvenil explicitados em função da crise causada pela pandemia de Covid-19, trazendo para o centro do debate as mobilizações *online* da sociedade civil na tentativa de minimizar os impactos nas rotinas de jovens inseridos em diferentes realidades na cidade de Belo Horizonte. Por meio da análise de dados secundários de pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e de relatos colhidos em quatro entrevistas em profundidade realizadas com jovens representantes de movimentos e organizações sociais junto ao Comitê Gestor do Centro de Referência da Juventude de Belo Horizonte (CRJ) busca-se compreender, em caráter exploratório, como a juventude vem sendo impactada pela pandemia e como tem viabilizado a mobilização por suas demandas. A abordagem realizada ancora-se em três perguntas orientadoras que se seguem. Quais problemas da vida juvenil emergiram ou se aprofundaram no decorrer da pandemia? Como estes jovens representantes da política pública de juventude em Belo Horizonte estão atuando? Qual a relevância do ativismo digital como meio de vocalização e canalização das demandas coletivas surgidas?

O artigo se divide em três seções, incluindo essa introdução e as considerações finais. A segunda seção, desdobra-se em três subseções: i) revisão da literatura de

movimentos sociais e repertórios de ação coletiva, com destaque para o ativismo digital; ii) metodologia utilizada na pesquisa; iii) apresentação de um retrato atual das juventudes em foco, enfatizando as pautas que emergiram no contexto da pandemia.

2 DESENVOLVIMENTO

Historicamente, a sociedade civil, quando organizada, articula-se em grupos, organizações ou movimentos sociais que se formam em torno de interesses comuns individuais ou coletivos. No decorrer do século XX, no ambiente das sociedades contemporâneas complexas e plurais destacam-se as múltiplas formas participação social e de ação coletiva, desde as formas associativas e mobilizadoras da sociedade civil à participação institucionalizada (Warren, 2002). Nesse contexto, os movimentos sociais são analisados sob diversas lentes que, a despeito de seus desacordos, compartilham algumas premissas, como a sua natureza coletiva e conflitual.

Tendo em vista amalgamar chaves conceituais das tradições distintas de abordagem dos movimentos sociais e ação coletiva, Diani (1992, p.3) define os movimentos sociais como “redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada”, em contraste com as organizações, nas quais a ação coletiva referencia-se mais em organizações específicas do que em redes mais amplas, e as coalizões, que visam a alcançar objetivos específicos sem o lastro dos vínculos identitários (Diani e Bison, 210, p.2).

Nos anos 1970, a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) buscava entender o processo de mobilização em si, como os movimentos se constituem no tempo, por quais meios operam, como sobrevivem e se sobrevivem ou não a partir de uma perspectiva típica da análise econômica (McCarthy & Zald, 1973). Duas teorias posteriores contrapõem-se à TMR, recusando a economia como chave explicativa exclusiva, trazendo as lentes política e cultural para a análise dos movimentos sociais.

A Teoria do Processo Político (TPP) busca ultrapassar os limites da TMR, encampando a dimensão histórica e cultural (Alonso, 2009; Gohn, 2017). Para Toni (2011), a TPP focaliza o aspecto mútuo e contencioso entre os atores desafiantes e os detentores do poder promovendo interações estratégicas entre os movimentos sociais e o

ambiente onde operam com ênfase no contexto político e social. Nessa linha, o conceito de estrutura de oportunidade política (EOP) de Tarrow (1998), reposiciona as mudanças estruturais, dimensões formais e informais do ambiente político, buscando compreender as oportunidades de abertura e de criação de novos canais para expressão das reivindicações e dos descontentamentos de grupos sociais. Outro conceito chave pertinente para a abordagem pretendida por esse artigo é o de repertório de ação coletiva, que foi objeto de várias revisões desde sua primeira concepção, referido às formas de ação (Tilly, 1978), até um “conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” Tilly (1995, p. 26)¹. Destaca-se que essas noções têm sido revisadas recentemente na produção brasileira sobre movimentos sociais, seus repertórios, sua relação com o Estado e políticas públicas. (Abers, Von- Bulow, 2011; Abers, Serafim, Tatagiba, 2014; Abers, Silva, Tatagiba, 2018)

Já a linha dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) conta com Touraine, Habermas e Melucci como principais teóricos, que relacionam as mudanças no capitalismo pós-industrial às novas formas de conflitos e ao surgimento de novos atores contestadores da lógica do sistema na cultura e na vida das pessoas (Alonso, 2009; Gohn, 2010, 2017). Em busca de um novo significado para a ação social, a TMNS considera a luta cotidiana um caminho para uma mudança mais ampla na sociedade. Dessa forma, os chamados novos movimentos sociais se caracterizam não por lutarem pela conquista do poder estatal, mas por estarem voltados a pressionar a sociedade civil, persuadindo-a à inovação social por meio de um projeto cultural de mudança de valores e costumes. Nessa linha, destaca-se em Melucci (1989) a ênfase na construção de significados compartilhados coletivamente, que constituem a base para os processos de formação de identidades coletivas dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais têm vivenciado significativas mudanças, experimentando atuar como um subsistema específico nas sociedades contemporâneas complexas, permitindo alterações morfológicas instrumentais e atraindo comportamentos desviantes e de inovação cultural, como uma rede submersa composta por um sistema de trocas e compartilhamento de informações que, segundo Gerlach & Hine (1970), objetiva associação múltipla, militância parcial e de curta duração e envolvimento pessoal e

solidariedade afetiva como condição de participação. Experimentam, também, focalizar os códigos culturais e a forma do movimento como um desafio simbólico aos padrões hegemônicos que permitem novas configurações com um compromisso de curta duração, liderança múltipla e estruturas organizacionais temporárias e *ad hoc*. Na trilha de Melucci (1989), essas características fortalecem a mensagem simbólica de que o próprio movimento é um meio de transformação social, na perspectiva de que é um movimento que realiza, no presente, uma mudança pela qual se luta, com o objetivo de ressignificar a ação social para toda a sociedade no futuro.

Considerando as transformações multidimensionais ocorridas nos últimos anos, observam-se novas formas de mobilização, com amplo destaque para a mobilização *online*. Especialmente no contexto da pandemia, em poucos meses, inúmeros movimentos sociais e coletivos organizados se posicionaram ativamente no ambiente digital. Impulsionados tanto por motivações sociopolíticas quanto pelo viés das redes de solidariedade, a internet converteu-se em um espaço de ativismo em prol de causas, ou em um espaço amplo para manifestação do descontentamento social e político, usado também para mobilizar pessoas para participação em ações no mundo real.

A possibilidade de dar visibilidade às demandas locais empodera e oferece liberdade de ação para atores diversos, desde cidadãos com diferentes perfis até instituições (Castells, 2004). As dinâmicas, os valores e os propósitos da ação coletiva muito rapidamente abriram espaço aos modos de elaboração, de compartilhamento de significados e de troca de informações. A comunicação feita com autonomia se tornou essencial para as organizações que buscam contestar o poder instituído, pois quanto maior a difusão e o uso de tecnologias, maior a democratização dos debates, o envolvimento cívico e a autonomia da sociedade civil (Castells, 2013).

Conceitualmente, o ativismo digital é definido como “ações que buscam alcançar impactos políticos em um contexto particular a partir de ferramentas digitais” (Von Bülow *et al.*, 2019: 1771). Trata-se de práticas essencialmente digitais, altamente dinâmicas e passíveis de alterações a qualquer instante em função do forte ritmo de inovação das plataformas. Também se caracterizam por carregarem consigo potenciais de conflito, visto que, de acordo com Abers (2019: 23), o ativismo pode ser entendido como “a busca proativa de oportunidades para defender causas contenciosas” - concepção que

não restringe o ativismo a práticas ou repertórios de ação específicos, mas considera primordialmente seu conteúdo.

As ações digitais se manifestam de formas variadas, podendo ser considerado como "microativismo"² (Marichal, 2013), ou caracterizado por práticas mais complexas que demandam, por exemplo, a adesão a campanhas de *hashtag* ou mesmo a elaboração de novos conteúdos *online*. Nota-se também uma diversidade de tipos de ativistas digitais, desde indivíduos que podem ou não estar atuando em ações coletivas até organizações de movimentos sociais. Há quatro tendências do ativismo digital que se destacam nesse período de pandemia: apropriação, diversificação, adaptação e integração (Von-Bulow, 2020). Por meio delas, é possível observar, respectivamente, a relevância de iniciativas que visam à inclusão e letramento digital no processo de atualização dos atores, a percepção da ampliação dos repertórios de ação *online*, a compreensão do grau de respostas adaptativas na transição de atividades presenciais para os meios digitais, e, por fim, o surgimento de novas pontes de integração entre o ativismo digital e o presencial.

2.1 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se pelo cunho exploratório-descritivo, de caráter principalmente qualitativo tendo em vista - nos termos de Gil (1996) - validar os relatos pessoais e aproximar o pesquisador do problema, tornando-o mais familiar e, porventura, mais explícito (Gil, 1996), bem como possibilitar maior profundidade e detalhamento (Vergara, 2004). Recorre, também, a uma abordagem quantitativa, a partir da análise de dados secundários. Além da revisão de literatura e dos levantamentos documentais, entre os meses de setembro e outubro de 2020 foram realizadas entrevistas em profundidade a partir de um roteiro semi-estruturado com quatro jovens representantes da sociedade civil no âmbito do Comitê Gestor³ do Centro de Referência da Juventude⁴ (CRJ) de Belo Horizonte, que constitui um espaço de participação da sociedade civil inserido em um equipamento municipal destinado exclusivamente a jovens com idade entre 15 e 29 anos⁵. O Comitê Gestor do CRJ é composto por três representantes do Executivo Municipal, dois do Executivo Estadual e cinco da sociedade civil, sendo um do Conselho Municipal da Juventude (COMJUVE)⁶, um do Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE) e três entidades ligadas às juventudes.

Os entrevistados foram convidados a relatarem suas experiências durante a pandemia por serem representantes atuantes nas políticas para a juventude do município, bem como do estado. Sua atuação se dá por meio da participação – conjugada com a representação - no próprio CRJ, no COMJUVE e no CEJUVE⁷, que constituem instituições participativas (IPs). Conforme Avritzer (2008, p. 45), as IPs constituem “formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas”. Como se abordará na seção seguinte, os entrevistados têm uma longa trajetória de atuação no âmbito da sociedade civil. A partir de Warren (2002) essas formas de participação – nesse caso não institucional – também se conectam com a representação de grupos e/ou de temas e pautas específicas.

Outro fator relevante para a seleção dos entrevistados foi a perspectiva de representatividade alinhada ao conceito de juventudes, que considera a juventude com uma lente de multiplicidades de trajetórias dentro de um mesmo recorte etário para responder às questões próprias desse grupo. Nesse sentido, conforme afirma Dayrell (2003), é preciso ressaltar a diversidade da juventude, que pode ser caracterizada por raça, gênero, etnia, orientação sexual, regionalidade, aspectos socioeconômicos, entre outros inúmeros fatores que implicam em compreender o jovem como sujeito.

Assim, em relação ao perfil dos entrevistados, um vive na periferia da RMBH e outro mora em uma ocupação no centro de Belo Horizonte, ambos vivenciam com frequência o risco de perda de moradia. Dois se identificaram como pretos, um pardo e somente um entrevistado se declarou branco. Em relação ao gênero se diferenciam entre três cisgêneros, sendo dois homens e uma mulher, e uma travesti. No que se refere à orientação sexual, três afirmaram serem LGBTQI+ e um não se manifestou. Possuem uma formação educacional diversa: sendo dois com ensino médio completo, um cursando graduação e outro com o doutorado em andamento. Dentre eles, há uma diferença de faixa etária, que varia dos 19 aos 32 anos. Os locais de origem são também distintos, apenas um é nascido em Belo Horizonte, dois são oriundos da região metropolitana e um é proveniente da cidade do denominado Vale do Aço. Sob esta ótica, os jovens entrevistados ofereceram acesso a distintas experiências juvenis como efeito do primeiro ano da pandemia de Covid-19 no Brasil.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas remotamente por videoconferência, videochamada ou por chamada telefônica e tiveram o objetivo de captar tanto as experiências vivenciadas pelos jovens no âmbito de suas rotinas laborais, escolar, familiar e social em meio à pandemia, quanto em seu entorno. Além disso, as entrevistas buscaram compreender se, durante este período, os jovens estiveram envolvidos em ações coletivas *online* e *offline* de mobilização e participação, bem como entender o papel da internet como meio de apreensão da realidade e de interação social.

Em paralelo à análise qualitativa das idiosincrasias juvenis, o artigo buscou conectar as vivências relatadas a uma análise quantitativa do retrato atual das juventudes, tendo como principal fonte de dados a pesquisa “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus” do CONJUVE, realizada em parceria com organizações sociais atuantes no campo das juventudes⁸ O estudo focalizou as áreas da saúde, educação, trabalho e renda e buscou apresentar o retrato da população jovem no Brasil, que neste momento de pandemia, soma 47,2 milhões (correspondendo a 23% da população)⁹.

Outra fonte de dados importante utilizada se refere aos Relatórios de Pesquisa #1 e #2 “Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil Contra a Pandemia”, do Grupo de Pesquisa Resocie. O primeiro Relatório mapeou e traçou o perfil de organizações da sociedade civil que atuaram entre março e junho de 2020 em diversas periferias urbanas do país e destaca os repertórios de ação coletiva, as novas pautas por elas mobilizadas e a ausência do Estado para apoiar tais iniciativas (Resocie, 2020a). Já o segundo Relatório (Resocie, 2020b) trata especificamente do impacto da pandemia no ativismo digital e aponta tendências sobre os modos de atuação das organizações da sociedade civil que, com a crise sanitária, foram impulsionadas a uma mudança aparentemente definitiva no âmbito dos movimentos sociais.

2.2 JUVENTUDES: DIFERENTES REALIDADES SE MOBILIZAM

Quatro jovens unidos pelo objetivo de atuar em prol das juventudes por meio de movimentos e organizações juvenis, representantes eleitos pela sociedade civil para compor o Comitê Gestor do CRJ de Belo Horizonte e co-gestores da principal política pública de juventude da capital mineira - possuem perfis heterogêneos que espelham realidades muito distintas. Suas trajetórias apontam para o ativismo, com envolvimento com movimentos sociais e entidades da sociedade civil desde cedo. Destaca-se que dois deles iniciaram sua participação a partir de grupos jovens da igreja católica e os outros dois em organizações estudantis secundaristas¹⁰.

Dois estão vinculados às principais IPs no âmbito das políticas municipais e estaduais de juventude, o COMJUVE e o CEJUVE, respectivamente, e os outros dois são lideranças de entidades da sociedade civil com longo histórico de lutas junto às juventudes, com pautas de gênero, raça, arte e cultura. No contexto das ocupações estudantis secundaristas de 2016¹¹, três jovens relataram participação em ocupações no centro da cidade - ações coletivas com objetivos de protesto e reivindicação política:

“Fui liderança das ocupações de 2016, ocupei a [minha escola]. Fiz parte, também, da ocupação [de uma PPJ], para manutenção daquele projeto [...] pelo não sucateamento do espaço [...]”.

“Era parte da base da UBES [na minha cidade] mas quando vim para a capital acabei me afastando das ações estudantis. Retomei esse contato quando participei da ocupação da Funarte que foi concomitante à ocupação do CRJ em 2016”.

“A gente se juntava e fortalecia essas pautas tendo como desafio e encontro comum, a vida da juventude. Meu lugar de fala vem muito disso, dos encontros com as diversidades de juventudes [...]”.

Os quatro entrevistados declaram que, nesse momento de pandemia, se mantém à frente das lutas por educação, arte e cultura, direito à cidade e juventude, sendo que um entrevistado enfatizou mobilizar denúncias e manifestações contra o racismo e a lgbtforbia dentre a articulação de inúmeras ações solidárias:

“[...] abrimos um ponto de recolhimento de agasalhos e alimentos, [...] que ainda estão sendo distribuídos em algumas ocupações e em alguns movimentos que atendem pessoas em situação de rua [...] tivemos ações mais específicas, [...] que estavam dando esse suporte para esses movimentos autônomos que estavam se construindo de alguma forma para auxiliar as pessoas de ocupação e as juventudes [...] A gente também conseguiu manter o projeto [...], que [...] recebe denúncias de jovens da RMBH que sofrem ou sofreram algum tipo de

violência por parte de algum agente de segurança pública, seja do estado ou do município, e a gente sabe que durante a pandemia isso potencializou ainda mais. Parece que essas violências deixaram de existir, mas foi exatamente o contrário [...]"

Cabe neste ponto um paralelo com a pesquisa *Juventudes e Pandemia do Coronavírus* (CONJUVE, 2020), que aponta um perfil ativista para 65% dos jovens respondentes, que disseram fazer ou já ter feito parte de algum tipo de organização civil, sendo as de caráter religioso com a maior adesão na amostra. As entrevistas focalizaram os principais problemas que os jovens vêm enfrentando desde o início da pandemia, tanto os problemas que surgiram com a chegada do novo coronavírus quanto aqueles que foram agravados pela crise sanitária. As pautas elencadas pelos jovens foram divididas sob dois aspectos: questões atinentes à população como um todo, incluindo a população jovem; e questões que se referem ao cotidiano estritamente juvenil. Dentre as pautas gerais, se destacaram o agravamento das desigualdades sociais e da crise econômica¹², como o crescimento do desemprego, o aumento da inflação, a redução da renda e das fontes de renda das famílias. Também o aumento da violência doméstica, do preconceito e da discriminação foram questões recorrentes narradas pelos jovens. As dificuldades de acesso ao auxílio emergencial¹³, o aprofundamento das desigualdades educacionais e a precarização da educação foram aspectos citados pelos entrevistados e estariam vinculados diretamente à pauta que se tornou central na pandemia: a exclusão digital. Nesse sentido, em paralelo ressalta-se a asserção no Relatório de Pesquisa #2 de que “a percepção dos atores da sociedade civil sobre as potencialidades do ativismo digital mudou no contexto da pandemia, especialmente nos casos daqueles atores que tiveram que enfrentar os obstáculos da exclusão digital e do letramento digital” (Von-Bullow, 2020, p.3).

Quanto às pautas relacionadas especificamente às rotinas juvenis, duas demandas se destacaram: a demanda por um alinhamento entre as instâncias governamentais federal, estadual e municipal para a criação de políticas públicas emergenciais direcionadas à população jovem, nos moldes do auxílio emergencial do governo federal; a manutenção das políticas públicas de juventude no campo da segurança, justiça e direitos humanos, como os programas Fica Vivo (Programa de prevenção de homicídios de jovens)¹⁴ e Se

Liga (Programa de acompanhamento aos jovens egressos do Sistema Socioeducacional)¹⁵. Ambas as demandas foram encaminhadas ao governo estadual por meio de um documento formalizado pelo CEJUVE e, até o momento da realização das entrevistas, não tinham perspectiva de atendimento. Têm-se, portanto, pautas específicas que se endereçam aos governos e requerem, assim, mais Estado, por meio de políticas públicas.

Foram muito enfatizadas pelos entrevistados questões referentes ao desemprego, fechamento de postos de trabalho destinados aos jovens, crescimento da informalidade, especialmente para aqueles jovens em busca do primeiro emprego ou que procuram alternativas para ajudar na complementação do orçamento familiar.

“[...] Você tem aquelas pessoas que tiveram que arrumar um emprego durante a pandemia, outras que têm medo de sair de casa. [...] Eu acho que este ponto que a gente está agora é o mais emblemático para as juventudes porque, ao mesmo tempo que você tem que estudar, você tem que trabalhar mais do que você tinha antes [...]”.

Segundo um dos entrevistados, uma onda crescente no desemprego já era observada em seu ambiente de convívio antes mesmo do início da pandemia, mas se intensificou após o início do isolamento social, quando sua mãe e alguns conhecidos ficaram sem qualquer fonte de renda. Os postos de trabalho que essas pessoas ocupavam, em sua maioria informais ou de vínculos não estáveis, foram diretamente afetados pelas medidas de isolamento, e a perda de renda implicou na impossibilidade de acessar condições básicas para a sobrevivência, como a obtenção de alimentos e itens básicos de higiene. Como consequência, aqueles entes familiares que puderam manter suas ocupações, passaram a ser responsáveis por uma despesa maior. Diante de tal situação, a atuação da comunidade, de maneira solidária, foi fundamental para ajudar as famílias mais vulneráveis a terem acesso à alimentação e às políticas emergenciais.

No âmbito da qualidade de vida, as questões atinentes a saúde mental¹⁶ e violência aparecem com destaque no âmbito da pandemia, conforme relato dos jovens. Nessa direção, o relatório do Resocie (2020b) indica aumento da violência doméstica, física, sexual e policial fez disparar os índices de feminicídio, homofobia e genocídio de jovens negros nas periferias. No entanto, foi a rotina educacional dos jovens aparentemente a

mais impactada¹⁷ pela crise sanitária. Problemas como evasão escolar e dificuldades de aprendizagem foram considerados recorrentes desde o início da pandemia, uma consequência direta da necessidade do uso da internet como único meio de acesso à educação. A partir da adoção das medidas de contenção do contágio da Covid-19 e com a transposição das aulas presenciais para o ambiente virtual por meio do ensino à distância, adotado pelas escolas e universidades, muitos estudantes perderam o vínculo escolar. Da mesma forma, a impossibilidade de se ter um ambiente propício para os estudos em casa foi determinante para o aprofundamento da evasão escolar. Conforme relato de um dos entrevistados, aqueles sem infraestrutura tecnológica e sem um ambiente familiar adequado para o acesso às aulas tiveram seus estudos prejudicados ou até mesmo interrompidos em função da pandemia:

“Então, uma parte dos meus colegas trancou a faculdade. Outros assistem depois, as aulas estão sendo gravadas e os professores não podem cobrar presença.[...]. A gente ajuda a comprar pacotes de dados. Por semana são pelo menos três colegas com dificuldades mas, trancamento, foram muitas pessoas.[...] Eu pessoalmente tive dificuldade com alguns programas de ensino mas tenho um ambiente para poder estudar, então, me considero em uma boa posição. E a gente sabe que essa não é a realidade da juventude do nosso país.”

Essa afirmação converge com os dados da pesquisa nacional do CONJUVE (2020) em que 63% dos entrevistados afirmaram não poder contar com um ambiente tranquilo para estudar onde moram - o que pode ser consequência tanto de uma moradia adensada quanto sem espaço físico adequado. Sob a perspectiva da tecnologia, cerca de 53% dos entrevistados concordaram que os equipamentos que possuem para acesso à internet são inadequados para um bom aproveitamento de aulas remotas.

De acordo com o relato de um dos entrevistados, para acessar as políticas públicas formuladas para minimizar o impacto da pandemia sobre a população mais vulnerável, as dificuldades de acesso à internet foram consideradas um fator limitador. No momento de maior restrição da circulação na cidade e com o fechamento dos equipamentos públicos, como as Escolas Públicas, os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e Centros Culturais Municipais, sem acesso à internet não houve como realizar o cadastro necessário para o auxílio emergencial e para recebimento de cestas básicas e kits de higiene das diferentes instâncias governamentais. Todas as políticas estavam

condicionadas a cadastros que só poderiam ser feitos virtualmente pelos cidadãos. Dessa maneira, aqueles que não possuíam acesso aos meios digitais enfrentaram maiores dificuldades ou ficaram impossibilitados de conseguir os recursos disponibilizados pelos governos, o que colaborou para o aprofundamento da desigualdade social, conforme relato de um dos entrevistados:

“Esse auxílio emergencial foi extremamente importante para muitas famílias, mas tantas outras, uma maioria que a gente atendeu, não conseguiu nem acessar porque não sabiam como entrar no aplicativo, não tinham internet [...] e mal tinham um telefone para poder fazer esse trâmite. O que deveria facilitar acabou sendo um impedimento ainda maior. [...] Se não fossem as organizações da sociedade civil e dos coletivos autônomos, acho que a gente não tinha conseguido se manter durante essa pandemia e ajudar a manter outras pessoas”.

Por outro lado, os jovens ressaltaram que foi justamente a internet que possibilitou a articulação entre as pessoas e um bom alcance das ações coletivas realizadas durante o período da pandemia para auxiliar essas pessoas:

“Acho que [a mudança foi] a atuação como coletivo, [...]. As pessoas começaram a compreender um pouco mais o que é trabalhar em rede. Como a maioria das coisas ficaram limitadas, a gente começou a entender as nossas potencialidades para somar com outras potenciais. Acho que o que vai ficar é o trabalho de rede”.

Um exemplo citado foi o *site* Periferia Viva, que vem realizando um mapeamento das ações da sociedade civil em Belo Horizonte e sua região metropolitana. Por meio dele, é possível obter informações detalhadas acerca de cada iniciativa, tais como objetivos, público-alvo e as formas de contribuição e participação. O que se percebe é uma enorme demanda pelo uso da internet para fins diversos. O ambiente virtual proporcionou uma maior capacidade de conexão entre as ações e seus potenciais financiadores. Percebe-se que a ação coletiva *online* amplia a ação *offline*, possibilitando um aumento expressivo da área mobilizada e, conseqüentemente, uma perspectiva mais potente na captação de recursos para sua realização. Porém, na ponta mais frágil desse elo, o número de pessoas beneficiadas tende a ser menor do que a quantidade daqueles que precisam de auxílio, como expresso por dois entrevistados:

“Existe uma busca por se inserir no espaço digital e dentro da tecnologia, mas também existe uma busca por entender como a gente pode fazer com que essa tecnologia chegue nos lugares que até hoje não chegaram. [...] É uma dualidade de movimentos que nós viemos fazendo”.

“Essas atuações nossas [do Projeto Cores e Sabores] acabam sendo muito isoladas, por mais que os números que eu falei pareçam muito grandes [...] o que são 4 mil famílias perto de uma cidade [...] com mais de um milhão de pessoas? Quantas estão na situação dessas 4 mil que nós conseguimos chegar? É só atuando por meio dessa esfera política que a gente consegue uma mudança maior”.

A necessidade da atuação do Estado esteve presente em todas as falas dos entrevistados quando perguntados a respeito das ações viabilizadas pela sociedade civil durante a pandemia. Ficou evidente que a atuação da sociedade civil é considerada por eles incremental às políticas públicas, mas insuficiente para atender a população e atuar de maneira substantiva sobre as vulnerabilidades sociais. A fragilidade dessas ações pode ser exemplificada no Projeto Cores e Sabores, que arrecadou grande quantidade de doações e distribuiu alimentos para aproximadamente 4 mil famílias durante os primeiros meses da pandemia. No entanto, com o início da flexibilização do isolamento social, houve drástica redução nas arrecadações e, para a continuidade de sua atuação, fez-se necessário recorrer a um edital de financiamento.

Os entrevistados relataram ações de captação de recursos financeiros para fins diversos: contratação de pacotes de internet, complementação da renda familiar, e distribuição de *kits* de higiene e de materiais informativos a respeito das medidas de proteção durante a pandemia. Contudo, não foram identificadas ações direcionadas especificamente ao atendimento às juventudes. Este aspecto sugere que as ações da sociedade civil durante a pandemia foram orientadas pelas condições socioeconômicas dos sujeitos e não especificamente em função de um recorte etário.

Para os entrevistados, a falta de ações da sociedade civil direcionadas às especificidades das juventudes se soma ao vácuo de atuação do poder público mineiro para essa parcela da sociedade. Essas lacunas foram consideradas por um dos entrevistados como um descaso do governo com as juventudes, e que ficou mais evidente a partir da pandemia, conforme argumentou:

“O nosso estado ainda não tem um plano estadual da juventude com diretrizes [para a atuação pública]. [...] Quando a gente fala de descaso é porque 26,3%,

de acordo com o último dado do IBGE, da população de Minas é de jovens. [...] A gente não tem no plano de contingência do Estado a palavra juventude, que é da SEDESE, responsável pela pauta”.

Diante desse vácuo de políticas públicas, o CEJUVE, presidido por um dos entrevistados, elaborou um ofício para pressionar o governo estadual a dar atenção à agenda das juventudes. Enviado ao alto escalão dos três poderes no Estado, o documento apresenta um diagnóstico das juventudes mineiras, nos recortes de saúde e de trabalho e renda, e coteja os dados atuais aos do período anterior à pandemia, para demonstrar quais são as demandas mais urgentes para os jovens nesse momento. Além disso, no ofício constam propostas de políticas públicas direcionadas ao enfrentamento desses impactos da pandemia sobre a juventude.

Dentre todas as atuações da sociedade civil na pandemia citadas nas quatro entrevistas realizadas, o encaminhamento do ofício por parte da CEJUVE é a única ação que envolve diretamente o poder público, nesse caso, o governo estadual. Isso porque o conselho compõe a estrutura da administração estadual, sendo um órgão colegiado de deliberação e, nos termos de Abers, Serafim e Tatagiba (2014) um canal institucionalizado de relação entre Estado-sociedade ou, de acordo com Avritzer (2008), uma IP. Por meio dele, os membros da sociedade que ali atuam podem incidir nas decisões de políticas públicas das juventudes. Nesse ambiente, o ativismo tem sua forma definida pelo Estado, mas o conteúdo da militância não, de modo que a atuação de representantes ocorreu por meio de um documento oficial direcionado a pressionar o poder público a agir de acordo com as demandas da sociedade.

De um modo geral, as mobilizações da sociedade civil se articularam entre ações *online* e *offline*, com o uso de aplicativos de comunicação como *whatsapp* para organizar as ações dentro da comunidade e as redes sociais para arrecadação de recursos. Porém, o alcance e a rapidez dessas respostas comunitárias, principalmente na identificação das famílias e na logística de distribuição de alimentos e kits de higiene e de proteção ao coronavírus, realizadas presencialmente, foram possíveis somente pelo conhecimento e a experiência prévia da comunidade em realizar ações de apoio de caráter emergencial.

Nesse sentido, estar habituada a realizar o atendimento a determinada comunidade possibilita aos movimentos sociais acumular conhecimento sobre as famílias

e os problemas de desigualdade ali presentes e, portanto, a identificação daqueles que precisam da ajuda (Abers e Von Büllow, 2020).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das entrevistas realizadas com representantes da juventude no Comitê Gestor do CRJ, que também integram outras IPs, foi possível perceber alguns impactos da pandemia na vida dos jovens. A necessidade de isolamento social para a contenção da transmissão do vírus impôs à sociedade uma nova condição de vida, em que foi necessário adaptar as mais diversas atividades para o ambiente virtual. Os impactos dessa nova realidade trouxeram novas questões e, principalmente, agravaram problemas já existentes antes da pandemia, notadamente aqueles relacionados às desigualdades sociais em suas múltiplas dimensões.

As questões problematizadas pelos entrevistados não se restringiram à juventude. Os problemas que mobilizaram ações da sociedade civil relacionaram-se basicamente ao acesso a bens e serviços essenciais, e em menor escala ações de protesto, indicando que o fator determinante para as lideranças atuarem foram as condições socioeconômicas e não a faixa etária das pessoas. Em outros termos, o sentido de urgência determinado pela pandemia se sobrepôs às temáticas próprias da juventude no que tange às ações coletivas.

As ações da sociedade civil durante a pandemia, mencionadas nas entrevistas, ocorreram quase todas fora do ambiente estatal. As menções feitas ao Estado foram em sua maioria relacionadas à ausência ou déficits de atuação dos governos no ambiente em que os entrevistados se inserem, bem como às demandas não atendidas e aos problemas sem processamento na agenda governamental e, portanto, sem resolução. As mobilizações direcionaram-se para as áreas em que há completa ausência do Estado, como é o caso do acesso à infraestrutura tecnológica, ou para atingir os vácuos deixados pelas políticas públicas setoriais, especialmente aquelas relacionadas à proteção e assistência social.

Os repertórios de ação coletiva já existentes foram mobilizados dentro do novo contexto e condições da realidade social, destacando-se o ativismo digital na perspectiva da adaptação da ação *offline* para *online* e de integração entre os dois modos de atuação.

No que toca aos repertórios, portanto, não houve criação de novas formas de ação, mas a diversificação no emprego dos mesmos recursos, articulando-os de uma maneira nova.

Além disso, não há menção de parceria ou articulação entre as ações da sociedade civil e do Estado, que poderiam ser muito mais eficientes se articuladas. Nesse sentido, no âmbito das interações, há perdas não apenas para a sociedade civil cujas ações foram invisibilizadas pelo poder público, mas, também, para o próprio Estado que, ao se isolar, impede maior alcance e capilaridade de suas ações nos territórios mais vulneráveis.

O conjunto de entrevistas realizadas neste estudo com os ativistas representantes de juventudes no Comitê Gestor do CRJ e em outras IPs, embora restrito, evidenciou paralelos entre os relatos dos entrevistados e os dados das pesquisas do CONJUVE e do Resocie. Nessa direção, reforçou os resultados das pesquisas e auxiliou no aprofundamento da compreensão sobre as diferentes realidades juvenis. Para futuras pesquisas, a ampliação do número de entrevistados é desejável, bem como o estudo sobre ações coletivas realizadas em decorrência da pandemia viabilizadas por meio da interação entre Estado-sociedade.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Naera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. **Movimentos sociais e políticas públicas**: repensando atores e oportunidades políticas. São Paulo: Lua Nova, setembro 2018, n. 105.

ABERS, Rebecca Naera; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo**: a experiência na era Lula. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais, 2014, vol. 57, nº 2, pp. 325 a 357.

ABERS, Rebecca Naera; BÜLLOW, Marisa von. **Movimentos sociais na teoria e na prática**: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? Porto Alegre: Sociologias, set/dez 2011, ano 13, no 28, p. 52-84.

ABERS, Rebecca e Marisa von Bülow. **A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)**, Relatório de Pesquisa 1 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília, 30 de junho, disponível em: <https://resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>

ALONSO, Ângela. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do Debate. São Paulo: Lua Nova, 2009, n.76, p. 49-86.

ALONSO, Ângela. **Repertório, segundo Charles Tilly**: história de um conceito. Rio de Janeiro: Sociologia e Antropologia, junho 2012, vol.23, nº 3.

AVRITZER, Leonardo. **Instituições participativas e desenho institucional**: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Campinas: Opinião pública, junho 2008 vol. 14, nº 1, p.43-64.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, Manuel. **Networks of outrage and hope**: social movements in the Internet age. Malden, John Wiley & Sons, 2015.

CONJUVE. **Juventudes, Pandemia e o Coronavírus**. Relatório de Pesquisa, 2020. Disponível em <<https://www.juventudeseapandemia.com/>> Acesso em: 12 de março de 2021

DIANI, Mario; BISON, Ivano. **Organizações, coalizões e movimentos**. Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, janeiro-julho de 2010, n. 3, pp. 220-249,

GOHN, M. G. M. **Novas teorias sobre os movimentos sociais na América Latina**. Recife: Estudos de Sociologia, v. 16, p. 231-248, 2010

GOHN, M. G. M. . **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2017, 12^a edição.

GOHN, M. G. M. . **Jovens na Política na Atualidade: uma nova cultura política da participação**. Salvador: Cadernos CRH, 2018, v. 31, p. 117-133.

MARICHAL, J. **Political Facebook groups: Micro-activism and the digital front stage**. First Monday, Volume 18, Number 12 - 2 December 2013. Disponível em: <<https://firstmonday.org/ojs/index.php/fm/article/download/4653/3800#p2>> Acesso em: 12 de março de 2021

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. **Resource mobilization and social movements: a partial theory**. Chicago: American Journal of Sociology, 1977, vol. 82, nº 6.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais**. São Paulo: Revista Lua Nova, junho de 1989, n.º 17.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Conselho Municipal da Juventude**. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/conselhos/juventude>> Acesso em: 10 de março de 2021.

SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (SEDESE). **Conselho Estadual de Juventude**. Disponível em: <<https://social.mg.gov.br/direitos-humanos/conselhos-e-comites/conselhos/conselho-estadual-da-juventude-cejuv>> Acesso em: 10 de março de 2021.

TARROW, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. New York: Newbery Award Records, 1978.

TONI, F. **Novos rumos e possibilidades para os estudos dos movimentos sociais**. São Paulo: BIB - Boletim de Informação Bibliográfica da Anpocs, nº 52, 2º semestre, 2001.

TRAUGOTT, Mark. **Repertoires and Cycles of Collective Action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

WARREN, Mark. **What can participation mean today?** Washington D.C.: Political Theory, 2001, vol 30, n.5.

NOTAS TEXTUAIS

¹ Para revisão deste conceito e sua trajetória, ver Alonso (2012)

² Formas de comunicação de orientação política que refletem *performances* políticas expressivas em nível micro. Essas *performances* não são necessariamente voltadas para a mobilização como as formas mais tradicionais de ativismo digital, o que não invalida seu propósito político. Os exemplos são: formação de grupos políticos no *Facebook*; re-tweetar artigos políticos; compartilhar vídeos politicamente relevantes no *YouTube*.

³ Publicado em 27/12/2019 em: Comitê gestor do Centro de Referência da Juventude toma posse em evento virtual

⁴ Publicado em 25/01/21: https://prefeitura.pbh.gov.br/smasac/sudc/equipamentos_crj

⁵ Construído a partir de uma parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude.

⁶ O Conselho Municipal da Juventude – COMJUVE foi criado pela Lei 7.551 de 1998, com a finalidade de elaborar, analisar, estudar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do município. Trata-se de um órgão consultivo e transversal, composto por oito Conselheiros, dentre titulares e suplentes, representantes do Poder Executivo, nove representantes regionais da Sociedade Civil organizada, cinco representações dos movimentos organizados das áreas: educação, trabalho e renda, direitos humanos, qualidade de vida e cultura, totalizando 25 representações titulares. Atualmente o mandato é de dois anos. A representação da Sociedade Civil é definida por meio da realização de Conferência Municipal de Juventude, onde são eleitas as representações de regionais e de entidades, considerando paridade de gênero entre titular e suplente (PBH, 2020).

⁷ O Conselho Estadual da Juventude (CEJUVE) é um órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo e propositivo, subordinado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE). Tem por finalidade formular diretrizes de ações governamentais voltadas para jovens de 15 a 29 anos. É composto por 36 conselheiros, sendo 12 representantes governamentais e 24 membros representantes de entidades da sociedade civil. (SEDESE, 2020)

⁸ A pesquisa nacional “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus”, foi realizada no mês de Junho de 2020 e buscou levantar a percepção de jovens de diferentes regiões brasileiras, vivências e realidades sociais, sobre a pandemia A pesquisa foi realizada em parceria com a Fundação Roberto Marinho e a Unesco, dentre outras organizações (CONJUVE, 2020).

⁹ A pesquisa do CONJUVE (2020) obteve um perfil de respondentes majoritariamente pretos, no entanto, proporcionalmente menor do que a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio - PNAD (2017), do IBGE. Quanto ao gênero, as mulheres foram 66% dos

participantes e apenas 1% se identificaram como não binários. Em relação à ocupação, a maior parte dos jovens da amostra declararam trabalhar e estudar ou apenas estudar, totalizando 72% das respostas.

¹⁰ Grêmio Estudantil e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES)

¹¹ Em 2016, mais de mil escolas foram ocupadas em todo o país. Conhecida como a Primavera Secundarista, reuniu estudantes que lutavam pela democracia e contra retrocessos conservadores em diversas áreas a partir do golpe contra a presidenta Dilma.

¹² Dados do CONJUVE (2020), revelam que a renda familiar foi mais afetada do que a renda pessoal de jovens: 4 em cada 10 indivíduos indicam ter diminuído ou perdido sua renda, 5 a cada 10 jovens mencionam redução na renda de suas famílias.

¹³ Publicado em 30/03/2020 e disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>.

¹⁴ Instituído no ano de 2003, por meio do Decreto Nº 43.334/2003, o Programa de Controle de Homicídios – Fica Vivo! atua na prevenção e na redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, em áreas de maior concentração desse fenômeno por meio da oferta de oficinas diversas.

¹⁵ De acordo o governo, o Se Liga “é um serviço de acesso à cidade e à rede de proteção ofertado após o cumprimento da medida socioeducativa”, com objetivo de contribuir com o reencontro do/jovem com a liberdade” através de atendimentos individuais.

¹⁶ Nessa linha, dados do CONJUVE (2020) demonstram que 75% dos jovens entrevistados têm medo de perder um familiar, 48% tem receio de ser infectado e 45% tem medo de infectar outras pessoas.

¹⁷ De acordo com a pesquisa da CONJUVE (2020), 3 em cada 4 respondentes estão estudando, em proporções equivalentes entre ensino médio e superior.